



Errar muito é desumano

CARLOS FIOLHAIS 20/06/2008 - 00:00

Toda a gente, excepto o GAVE, percebe que os exames estão, em geral, cada vez mais fáceis. Os exames nacionais aí estão de novo, mas, infelizmente, a polémica com os maus enunciados também. Logo no primeiro exame, de Português do 12.º ano, os alunos, os professores e as famílias ficaram baralhados com perguntas de escolha múltipla no qual há ambiguidades. Este é um erro evidente na elaboração das provas: não é preciso ser especialista para se saber que uma prova deve ser clara e permitir respostas claras. Que se há-de pensar quando professores experientes hesitam sobre a resposta a dar e até acham que há mais do que uma alternativa aceitável? Já nem falo da TLEBS, a nova gramática que continua a ser usada em contradição com o prometido. A avaliar pelos exames que têm saído nos últimos anos, seria, de facto, uma surpresa que este ano não houvesse provas mal feitas. No ano passado, o director do Gabinete de Avaliação Educativa (GAVE) do Ministério da Educação reconheceu culpas nos erros nas provas de Física e de Biologia, tendo os alunos sido compensados com a majoração do que fizeram no resto. Mas o responsável do GAVE, apesar de ter dado a mão à palmatória, continua no mesmo lugar e não se percebe, a avaliar pela primeira amostra deste ano, que os serviços que dirige tenham aprendido a lição. As correcções da prova de Português não saíram logo no final do exame, para esclarecimento e tranquilidade de todos. A Associação de Professores de Português não terá podido divulgar as suas correcções a tempo. E o inefável assessor de imprensa do ministério, especialista em justificar o injustificável, deu uma desculpa esfarrapada para o insólito atraso de dez horas. Há também erros jurídicos associados aos exames. Em 2006, os resultados nas provas de Física e Química do 12.º ano levaram o ministério a conceder, à margem da lei, novas oportunidades a um subconjunto de alunos. Que isso foi ilegal ficou claro, embora com insuportável atraso, dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional. Mas o Ministério da Educação não reconheceu ainda o erro crasso que cometeu ao violar a lei maior do país nem recompensou os prejudicados. Errar é humano. Mas errar muito é desumano. Em matéria de exames, há dois aspectos globais que são bem mais relevantes do que erros pontuais nas provas. Em primeiro lugar, toda a gente, excepto o GAVE, percebe que os exames estão, em geral, cada vez mais fáceis. Quem não sabe nada de nada pode sempre tentar a sua sorte em mal alinhavadas questões de "cruzinhas", não precisando sequer de saber escrever.

Este caminho para o abismo da ignorância tem sido denunciado por muita gente. Mas o presidente do GAVE, num insulto à inteligência, retorquiu dizendo que não existiam "perguntas demasiado elementares, mas sim de dificuldade diferente". O que fazer a não ser, talvez, dar uma gargalhada? O segundo aspecto é tão grave como o primeiro (quase apetece o trocadilho "tão GAVE"). Trata-se da linguagem tanto das provas como das "propostas" de correcção oficiais. É uma enormidade linguística e educativa que, num exame do 12.º ano de Português, apareça uma frase como: "Para responder, escreva, na folha de respostas, o número do item, o número identificativo de cada elemento da coluna A e a letra identificativa do único elemento da coluna B que lhe corresponde". Isto não é um exame sério do domínio da língua, é uma charada. Como fiquei sem saber para que serve este tipo de exames, fui ao sítio do GAVE: "Os exames nacionais são instrumentos de avaliação sumativa externa no Ensino Secundário. Enquadram-se num processo que contribui para a certificação das aprendizagens e competências adquiridas pelos alunos e, paralelamente, revelam-se instrumentos de enorme valia para a regulação das práticas educativas, no sentido da garantia de uma melhoria sustentada das aprendizagens." Fiquei na mesma. Alguém me decifra o arrazoado?

Professor universitário (tcarlos@teor.fis.uc.pt)